

XVII Congresso do

SINDSEP-DF

**FAZENDO A
CUT
DA CONSTITUCIONALIDADE**

22 a 24/06/23



Organizar a mobilização para

exigir a valorização do

servidor público!

CADERNO DE RESOLUÇÕES



**Sindsep-DF: 36 anos de
luta e conquistas!**

Sumário

02

Apresentação

04

Tese ao XVII Congresso do Sindsep-DF

18

Moções

22

Relação dos participantes do XVII Congresso do
Sindsep-DF

Apresentação

De 22 a 24 de junho de 2023 foi realizado o XVII Congresso do Sindsep-DF, no auditório Francisco Zóccoli (sede do sindicato). Participaram 87 delegados e oito observadores eleitos em assembleias por local de trabalho, representando 28 órgãos do Executivo Federal, com servidores lotados no DF e aposentados e pensionistas, além dos trabalhadores anistiados da Lei 8.878/94

Os congressistas analisaram a conjuntura política nacional e internacional e as perspectivas da organização dos sindicatos gerais do funcionalismo público, e debateram a Campanha Salarial 2023/2024.

O Congresso também promoveu uma discussão sobre o novo Arcabouço Fiscal – Projeto de Lei Complementar (PLP) 93/2023 – e uma reflexão sobre as diretrizes que o governo pensa em adotar em relação ao funcionalismo público com base no livro “A Construção do Estado para o Século 21”, que tem norteado as decisões de dirigentes do MGI – Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Na plenária final, os congressistas deliberaram sobre o Plano de Lutas para o próximo período. Ao todo, foram listadas 40 demandas. Entre elas, a necessidade urgente de reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias dos últimos seis anos, prevendo, no mínimo, a reposição dos valores calculados pelo DIEESE, que apontaram para um índice de 29,9% desde 2017, além da adoção de uma política salarial permanente, com valorização do vencimento básico e incorporação de todas as gratificações.

O Plano de Lutas também reafirma reivindicações históricas da categoria, como a equiparação do auxílio alimentação com os Três Poderes; paridade remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas; e concursos

públicos. E também traz temas novos, relacionados à realidade pós-pandemia, como a necessidade de regulamentação do trabalho remoto.

A Plenária Deliberativa Final do XVII Congresso também aprovou três moções: contra a perseguição política nos órgãos do Executivo Federal; de repúdio ao desligamento de empregados e servidores públicos com 75 anos, e em defesa da Agricultura Familiar, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente.

Brasília, 24 de junho de 2023.

Oton Pereira Neves
Secretário-Geral do Sindsep-DF
Gestão 2022/2025

Tese ao XVII Congresso do Sindsep-DF

*Organizar a mobilização para exigir
a valorização do servidor público!*

1) Conjuntura política nacional e internacional

1. A conjuntura internacional é marcada pela crise do capitalismo, pelo crescimento da extrema direita, do conservadorismo, do fascismo, de forças reacionárias no Brasil e no mundo, além das consequências da guerra na Ucrânia que vive uma perigosa escalada. O governo brasileiro, que condenou a invasão da Ucrânia pela Rússia, contraria a vontade de militares brasileiros e repele a crescente pressão da União Europeia, dos EUA, da OTAN, para envolver o Brasil no fornecimento de armas ao regime ucraniano. A guerra não interessa aos trabalhadores e aos povos: “Não à guerra”!

2. O Sindsep-DF também expressa sua solidariedade com os povos da América Latina, destacando particularmente a dramática situação do Haiti, vítima sistemática da opressão imperialista.

3. No Brasil, a derrota eleitoral de Bolsonaro foi apenas um primeiro passo para a reconquista de direitos. Desde o golpe de 2016, profundos ataques foram desferidos aos direitos trabalhistas, à soberania nacional e a todos os setores sociais explorados e oprimidos, incluídos os povos indígenas, a população negra e as mulheres trabalhadoras.

4. É oportuno intensificar a campanha pela redução da taxa de juros, permitindo que o capital se oriente para o setor

produtivo; desestimulando a especulação financeira; reduzindo custos com pagamento da dívida pública; bem como aumentando a disponibilidade de recursos financeiros para investimentos, serviços públicos, saúde, educação e programas sociais, principalmente.

5. Com total independência frente ao governo de coalizão, que abriga interesses contraditórios e que está emparedado pelo Congresso de maioria reacionária, o movimento sindical dos servidores intervém na situação nacional defendendo suas reivindicações particulares ligadas aos interesses gerais dos trabalhadores e da nação:

- revogação das reformas trabalhista e previdenciária e do Novo Ensino Médio;
- apoio à reforma agrária, contra a criminalização da luta do MST e demais movimentos populares;
- demarcação das terras indígenas, contra o PL 490 do esdrúxulo “marco temporal”;
- política de valorização do salário mínimo, sem “âncora fiscal”;
- luta por aumento geral de salários;
- fim da (falsa) autonomia e troca do atual comando do Banco Central, e luta pela redução da taxa de juros;
- reestatização das empresas privatizadas (Eletrobrás, Metrô BH), defesa do patrimônio público contra as privatizações nos estados e municípios;
- defesa do meio-ambiente, da política indigenista, da agricultura familiar, contra o esvaziamento-desmembramento do MMA, MPI, Funai, Conab, promovido pelos ruralistas-bolsonaristas (MP 1154).

6. No que se refere a aspectos táticos e estratégicos, em agosto acontecerá o CECUT, preparatório para o 14º CON-CUT, em outubro. É preciso propor no âmbito do sindicato

discussões que contribuam para os debates nesses eventos. Aos 40 anos e numa quadra decisiva na história do Brasil, a CUT pode e deve contribuir para elevar a influência da classe trabalhadora nos destinos do Brasil. A CUT segue sendo o mais importante instrumento de organização sindical construído pela classe trabalhadora.

7. Lutar para que sejam mantidos e ampliados os propósitos democráticos, socialistas e revolucionários que estiveram presentes em sua criação, e que nortearam a luta pelos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora e evitar inflexões que distanciem os objetivos programáticos e estratégicos que deram origem a nossa Central.

8. Do ponto de vista estratégico, isto implica em lutar pela reindustrialização do país, o que pressupõe entrar em conflito com os capitalistas nacionais que se comportam como sócios minoritários dos capitalistas estrangeiros que querem que o Brasil continue sendo exportador de primários e importador de produtos industrializados e de tecnologias. Reindustrializar implicaria, ainda, em aumentar a massa salarial, reduzir as jornadas de trabalho, combater a superexploração, o que pressupõe luta e não a busca permanente de conciliação que se reflete em acordos rebaixados.

9. A compartimentação da classe trabalhadora faz com que no interior da CUT não se relacione a questão da desindustrialização à redução ao mínimo dos direitos sociais; à permanente ameaça às liberdades democráticas da maioria do povo; à perpetuação de uma mentalidade colonizada, racista, patriarcal, opressiva, preconceituosa; bem como aos padrões de desenvolvimento inferiores aos das potências mundiais e inferiores às evidentes potencialidades do Brasil. Como querem as classes dominantes, prevalece entre nós uma visão compartimentada e uma atuação fragmentada junto à classe trabalhadora.

10. A reindustrialização do Brasil implica na luta pela estatização da Eletrobrás e da Petrobrás, pois é inviável soberania nacional com matriz energética privatizada. Ao mesmo tempo, a defesa da indústria no Brasil é também a defesa do serviço público: não existirá no país educação pública pautada na ciência e tecnologia, se sua matriz econômica é voltada para o agronegócio, monocultura e exportação de matéria prima.

11. No imediato, é preciso manter a política de valorização do salário mínimo que prevaleceu até 2019. Defendemos a proposta do Dieese de recuperação das perdas desde 2019 e a aplicação anual do INPC e do PIB dos 2 anos anteriores. De acordo com as estimativas, se assim for, o salário mínimo chegaria no final do governo Lula em aproximadamente R\$ 1.805,00.

12. Lutar pela Reforma Tributária como instrumento de arrecadação e distribuição de renda. Não podemos viver com tributos que privilegiam as grandes fortunas e assolam a renda da classe trabalhadora. A CUT deve defender a taxa-ção sobre as grandes fortunas, capital especulativo, lucros e dividendos. Somado à isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais, é preciso que os salários entre 5 e 10 mil reais tenham seus percentuais de imposto de renda reduzidos, a progressividade da taxa-ção do IR não pode sobrecarregar os salários do setor público, bancários, trabalhadores da indústria, e tantos outros ramos e setores da classe trabalhadora.

2) Perspectivas da organização dos sindicatos gerais do funcionalismo público

13. A destruição dos serviços públicos pela falta de concursos, restrições orçamentárias, privatizações, terceirizações, onguizações levam inevitavelmente ao enfraquecimento da organização sindical. Ao lado do enfraquecimento numérico dos servidores ativos, a unicidade sindical (que é o controle

estatal sobre quais sindicatos podem ou não existir) é um dos maiores obstáculos ao fortalecimento dos sindicatos gerais dos servidores e empregados públicos federais. A fragmentação em sindicatos por empresa e até por local de trabalho enfraquece a unidade e pulveriza a força da categoria, levando cada setor a fechar-se em si mesmo e a desarmar-se frente aos problemas gerais que, em última instância, determinam o futuro de todas as categorias.

14. A crescente busca por articulações mais gerais, como os fóruns dos servidores, demonstra que será preciso enfrentar decididamente o desafio de reconstruir a unidade orgânica apontando para a fusão de sindicatos e mesmo de federações e confederações, o que só pode ser levado a efeito rejeitando toda ingerência do estado e dos patrões.

15. Contra a unicidade sindical e a ingerência estatal, o Sindsep-DF, reafirma os princípios constitutivos da CUT, entidade à qual já nasceu filiado, em luta pela Liberdade e Autonomia Sindical; a CUT (estatutos):

- defende que os/as trabalhadores/as se organizem com total independência frente ao Estado e autonomia em relação aos partidos políticos, e que devam decidir livremente suas formas de organização, filiação e sustentação material. Neste sentido, a CUT lutará pelos pressupostos consagrados nas convenções 87 e 151 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, no sentido de assegurar a definitiva liberdade sindical para os/as trabalhadores/as brasileiros/as;
- considera que a classe trabalhadora tem na unidade um dos pilares básicos que sustentarão suas lutas e suas conquistas. Defende que esta unidade seja fruto da vontade e da consciência política dos/as trabalhadores/as e combate qualquer forma de unicidade imposta por parte do Estado, do governo ou de agrupamento de caráter programático ou institucional.

3) Campanha Salarial 2023/2024

16. No Boletim da Campanha Salarial 2023/2024, de maio de 2023 (em apêndice ao final do Plano de Lutas), o Sind-sep-DF lançou as grandes linhas e reivindicações da Campanha Salarial 2023/2024.

17. Os reajustes salariais, melhoria dos benefícios, criação ou reestruturação dos planos de Carreira precisam ter suas verbas incluídas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) que será fechado até 31 de agosto.

18. Por isso, é crucial enfrentarmos o debate sobre o “novo arcabouço fiscal”, que impõe graves restrições à melhoria salarial dos servidores e ao próprio serviço público.

19. Emparedado por um congresso conservador, reacionário e vendido ao capital financeiro, cercado pela imprensa igualmente porta-voz dos interesses do imperialismo, o governo assumiu, ainda antes da posse, em dezembro de 2021, o compromisso de propor uma lei que substituísse o teto de gastos (EC 95/2016) do golpista Temer, na chamada PEC da transição (EC 126/2022).

20. Ninguém poderia acreditar que coisa boa sairia desse compromisso com o congresso reacionário. E o projeto original do governo (PLP 93/2023), que já era muito ruim e restritivo, foi enormemente piorado pela Câmara dos Deputados, em votação relâmpago realizada em 24 de maio, em um processo que ocorreu sem qualquer debate com a sociedade. Quem perde é o povo. É uma total contradição com a soberania popular.

21. Neste momento, o projeto encontra-se sob apreciação da Câmara dos Deputados, e os servidores, via Condsef, estão empenhados em combatê-lo. Uma publicação especial analisará todos os seus detalhes, mas desde já se destaca que estão na guilhotina:

- reajuste salarial dos servidores, realização de concursos públicos, criação e reestruturação de carreiras;
- piso da enfermagem.

22. É necessário, ainda, assegurar que as complementações da União para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal se mantenham fora do teto conforme o texto aprovado no Senado Federal.

23. As emendas parlamentares, por outro lado, estarão garantidas “linearmente”.

24. O Sindsep-DF continuará trazendo esclarecimentos e explicações sobre o que é e quem se beneficia com esse chamado “arcabouço fiscal”: não é o povo e nem as finanças públicas.

25. São os especuladores da dívida pública que arreganham os dentes para defender algum tipo de “âncora fiscal”, que é o esmagamento dos investimentos sociais para a produção de “superávits primários” que garantem o pagamento dos juros.

26. O Sindep-DF deve atuar pela supressão do artigo 167 do texto do novo regime fiscal, uma vez que ele prevê uma série de vedações à ampliação de gastos com pessoal.

27. Pouca gente conseguiria contar nos dedos da mão os países que cometeram o suicídio econômico de aprovar leis com esse conteúdo.

28. São leis que garantem o lucro especulativo privado dos magnatas ao mesmo tempo que “socializam” os prejuízos financeiros quando estouram as crises: foi assim em 2008, por exemplo.

29. Quando o mercado financeiro “quebra” eles correm para se socorrer no caixa dos estados, nos bancos centrais.
30. Mas quando um programa social é anunciado para o povo que passa fome e está desempregado eles urram acusando “a ganância”.
31. O crescimento robusto dos investimentos sociais e dos investimentos públicos melhora a distribuição de renda e alavanca o desenvolvimento econômico e a reindustrialização do país.
32. Não à austeridade fiscal, às âncoras e “Arcabouços”.
33. Um segundo ponto é o acompanhamento do Projeto de Lei sobre a negociação coletiva que regulamenta a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele foi discutido no âmbito das entidades filiadas à CUT e também com as demais centrais sindicais para ser encaminhado ao governo. No momento está em fase final de elaboração.
34. Um ponto importante do Plano de Lutas é a discussão que está sendo impulsionada pela CONDSEF sobre a Reforma do Estado e Diretrizes dos Planos de Carreira.
35. Isso porque o MGI está se preparando a passos rápidos para elaborar e propor diversas alterações, a começar por novas regras para a realização de concursos públicos, mas não só. Formas de contratação, relação com as ditas “organizações do terceiro setor” (ONGs!), formatos das carreiras, avaliação de desempenho e tudo o mais que envolve as relações de trabalho no serviço público poderão passar por grandes mudanças.
36. A Condsef está elaborando um documento a respeito que será disponibilizado na preparação do seu Congresso, previsto para dezembro deste ano.

4) Plano de Lutas

1. Reajuste salarial com reposição das perdas inflacionárias dos últimos seis anos, prevendo, no mínimo, a reposição dos valores calculados pelo DIEESE, que apontaram para um índice de 29,9% desde 2017, além da adoção de uma política salarial permanente, com valorização do vencimento básico e incorporação de todas as gratificações;
2. Contrapartida do governo de 50% do valor da despesa do servidor com o plano de saúde;
3. Equiparação do auxílio alimentação com os Três Poderes;
4. Revogação da Medida Provisória (MP) 1.156/2023 que extingue a Funasa;
5. Regulamentação da Negociação Coletiva no Serviço Público (Convenção 151 da OIT - Organização Internacional do Trabalho), definindo o 1º de maio como data-base da categoria;
6. Paridade remuneratória entre ativos, aposentados e pensionistas, com incorporação das gratificações produtivistas na aposentadoria, inclusive da GSISTE;
7. Isonomia dos benefícios entre os três poderes;
8. Abertura imediata de concursos públicos, inclusive para o preenchimento de todas as vagas de nível médio, para repor a força de trabalho do Estado e substituir as contratações com vínculos precários, reforçando a luta contra a terceirização;
9. Melhoria dos Acordos Coletivos de Trabalho (ACTs) para as empresas públicas: Conab (2023/2024), Ebserh (2023/2024), HFA (celebrar novo acordo para os celetistas) e Valec (acompanhar as negociações com o sindicato dos metalúrgicos de BH);

10. Tornar o vencimento básico a base de cálculo do adicional de insalubridade de todos os empregados públicos;
11. Manter o Serviço de Assistência à Saúde (SAS) dos empregados públicos da Conab nos moldes atuais, concomitantemente à instalação de comissão paritária de representantes dos empregados e empregador visando a realização de estudos com o propósito de encontrar uma solução que atenda ao conjunto dos trabalhadores da companhia. A solução deverá ser debatida em plenária dos empregados até que haja concordância da maioria em assembleia;
12. Exigir a realização dos exames periódicos de saúde que estão previstos na Lei n. 8112/1990 e no Decreto n. 6856/2009;
13. Aprovação do PL 2635/2022, que permite aos empregados públicos que já tenham atingido a idade limite para aposentadoria compulsória (75 anos) permanecerem em atividade até completar o tempo mínimo de contribuição requerido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), até que optem, espontaneamente, por requerer aposentadoria; anulação dos desligamentos dos empregados efetuados em razão de terem completado 75 anos, com retorno imediato às suas atividades laborais com a devida inclusão em folha de pagamento;
14. Anulação das Reformas da Previdência (EC 103/2019) e Trabalhista (Lei 13.467/2017);
15. Revogação da Lei 13.429/2017 que regulamentou a terceirização sem limites;
16. Retirada da Reforma Administrativa (PEC 32) da pauta do Congresso;
17. Fim do fator previdenciário;
18. Redução da jornada de trabalho sem redução de salário;

19. Fomentar a discussão do tema da regulamentação do trabalho remoto, de forma a ofertar a experiência e os subsídios reunidos pelo Sindsep-DF para que a Condsef tenha condições de convocar uma plenária extraordinária para alcançar uma resolução coletiva nacional sobre essa questão que aflige a categoria, com vistas à mesa nacional de negociação coletiva. Garantir que estejam presentes na discussão da regulamentação o debate em torno da defesa da garantia dos direitos, da não redução de salários e benefícios, da oposição à instalação de mecanismos de controle de produtividade abusivos e da imperativa disponibilização de todos os meios e instrumentos necessários à execução do trabalho, visando proteger os trabalhadores de qualquer eventual prejuízo no decorrer da implantação desta modalidade de trabalho;
20. Instalação imediata das mesas setoriais e locais de negociação permanente;
21. Estruturação e reestruturação de cargos e carreiras com correções das distorções salariais no Executivo; e isonomia dos órgãos entre os três poderes;
22. Participação das entidades sindicais nos debates do Orçamento 2024 e da nova regra fiscal do governo Lula;
23. Revogação de todas as medidas do desgoverno Bolsonaro (portarias, decretos, instruções normativas, dentre outras), a exemplo das IN 02/2018 e 54/2021, que prejudicam os servidores e serviços públicos, e exoneração imediata de todos os ocupantes de cargos comissionados nomeados pelo ex-governo que perseguiram servidores e integraram a indústria de processos administrativos –PADs;
24. Que o sindicato continue lutando pelo restabelecimento do valor da PASUS e pela extensão da GACEN para todos os servidores que atuam no combate às epidemias;

25. Reestruturação da carreira de Agente de Inspeção Federal do MAPA, mediante a inclusão do cargo de agente administrativo; reativação dos consultórios existentes para assistência médica no MAPA, com a contratação de clínico geral e odontólogo; exigência de apuração dos assediadores do MAPA;
26. Lutar pela imediata implementação do Decreto n° 11.443/2023 assinado pelo presidente Lula, que estabelece o percentual mínimo de 30% de cargos e funções comissionadas destinados à ocupação por trabalhadoras mulheres e negros;
27. Estender aos servidores a possibilidade de cessão aos demais poderes, sem prejuízo financeiro no recebimento do valor da gratificação – GDPGPE, criada pela Lei n° 11.784/2008;
28. Solicitar ao MGI a elaboração de um programa de acolhimento, orientação e atendimento aos servidores aposentados e em processo de aposentadoria;
29. Fomentar a criação de um plano estratégico e de uma legislação nacional pelo combate ao assédio moral contra trabalhadoras e trabalhadores no ambiente de trabalho, observando as especificidades de gênero, raça e etnia;
30. Regulamentação da liberação dos servidores para participação em atividades sindicais;
31. Promover reunião dos anistiados para cobrar que seja cumprido o disposto no Decreto n° 9.261, de 8 de janeiro de 2018, que define a competência e o procedimento para o processamento dos expedientes referentes a questões residuais relacionadas à extinta Comissão Especial Interministerial instituída pelo Decreto n° 5.115, de 24 de junho de 2004 (processamento e análise das demandas administrativas residuais referentes aos requerimentos de anistia; reconhecimento da condição de anistiado; retorno ao serviço público, não concessão da

anistia; competência para decidir sobre retorno ao serviço público; procedimento de retorno ao serviço público; cargo ou emprego no retorno; retorno em outro órgão ou entidade; caráter terminativo das decisões; etc);

32. Realizar o atendimento e o encaminhamento, aos órgãos públicos responsáveis pelas ações de acolhimento e demais procedimentos, inclusive na esfera judicial, das filiadas que sofrerem violência no local de trabalho ou no ambiente doméstico, com o acompanhamento da Secretaria da Mulher Trabalhadora, da Secretaria de Assuntos Jurídicos e da Secretaria de Saúde do Trabalhador;
33. Realizar campanha permanente contra as variadas formas de violência e discriminação, no local de trabalho, no ambiente doméstico e na sociedade, contra as mulheres, a população LGBTQIAPN+, os idosos, as pessoas com deficiência, a população negra, indígena e demais “minorias” étnicas e sociais;
34. Criação e implementação de um coletivo de mulheres, organizado pelo Sindsep-DF e coordenado pela Secretaria das Mulheres Trabalhadoras, que atue como espaço de debate e apoio às mulheres, especialmente as servidoras e empregadas públicas, no intuito de conscientizar e disseminar informações sobre os direitos das mulheres;
35. Lutar pela promoção da igualdade de gênero e raça no trabalho e na sociedade, pela inclusão das pessoas com deficiência, pela eliminação da miséria e pela redução das desigualdades sociais;
36. Lutar para conquistar o clube dos servidores públicos;
37. Participar dos conselhos de saúde, da educação, entre outros, mediante discussão no âmbito da Diretoria Executiva;
38. Participar dos fóruns da reforma agrária e do meio

ambientes, dentre outros, mediante discussão no âmbito da Diretoria Executiva;

39. Lutar para firmar convênios com planos de saúde e outros serviços, sem prejuízos financeiros e sem risco políticos ao Sindsep-DF;
40. Lutar pela reedição do Decreto 5.497/2005 que torna obrigatório que 70% dos cargos e funções comissionados sejam destinados a servidores efetivos, independente da cor, raça e gênero.

Aprovada na Plenária de encerramento
do XVII Congresso do Sindsep-DF

Brasília, 24 de junho de 2023

Moções

Apravadas na Plenária de encerramento do XVII Congresso do Sindsep-DF, em 24 de junho de 2023

1) Contra a perseguição política nos órgãos do Executivo Federal

Os Servidores Públicos Federais presentes no XVII Congresso do SINDSEP-DF, realizado entre os dias 22, 23 e 24 de junho de 2023, repudiam os recorrentes casos de perseguição política denunciados por servidores públicos de diversos órgãos e ministérios do poder executivo federal, que observam a manutenção de práticas bolsonaristas por chefias que permanecem em cargos e comissões de direção e confiança em suas unidades.

Exigem a imediata desbolsonarização dos órgãos e cargos diretivos do poder executivo federal, a criação de um sistema de reparação voltado a atenuar as consequências psicológicas sobre os servidores que sofreram perseguição e retaliação durante os últimos seis anos, além de um amplo programa institucional de combate às práticas de assédio moral e institucional no ambiente de trabalho.

Em específico, os servidores declaram apoio aos trabalhadores atualmente lotados no MAPA que desejam ser transferidos, por afinidade de atribuições, ao MDA, e que estão sendo impedidos por decisões administrativas tomadas sem critérios técnicos.

2) Repúdio ao desligamento de empregados e servidores públicos com 75 anos

Os Servidores Públicos Federais presentes no XVII Congresso do SINDSEP-DF, realizado entre os dias 22, 23 e 24 de junho de 2023, manifestam repúdio ao desligamento dos empregados das empresas públicas no momento em

que completam 75 anos, de forma sumária, antes mesmo que a matéria seja devidamente regulamentada.

Nesse contexto, defendem a aprovação do PL 2635/2022, que permite aos empregados públicos que já tenham atingido a idade limite para aposentadoria compulsória (75 anos) permanecerem em atividade até completar o tempo mínimo de contribuição requerido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), até que optem, espontaneamente, por requerer aposentadoria; além de solicitar a anulação dos desligamentos dos empregados efetuados em razão de terem completado 75 anos, com retorno imediato às suas atividades laborais com a devida inclusão em folha de pagamento.

3) Em defesa da Agricultura Familiar, dos Povos Indígenas e do Meio Ambiente

Os Servidores Públicos Federais presentes no XVII Congresso do SINDSEP-DF, realizado entre os dias 22, 23 e 24 de junho de 2023, repudiam as investidas do Congresso Nacional contra o desenho institucional de proteção ambiental e indígena do atual governo, operacionalizadas por meio do enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e do Ministério dos Povos Indígenas, com a aprovação de alterações restritivas no texto da Medida Provisória n. 1154/2023.

Também repudiam as diversas investidas contra os direitos territoriais indígenas, sobretudo por meio da aprovação do PL 490/2007, que agora tramita no Senado como PL 2.903/2023, e que propõe dispositivos flagrantemente inconstitucionais na tentativa de reduzir o alcance das garantias do direito originário às terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas e de submetê-las a critérios desenvolvidos por setores ruralistas organizados no Congresso Nacional.

Repudiam a “tese jurídica” do marco temporal que estabelece a data de promulgação da Constituição Federal de 1988 (05/10/1988) como linha de corte para que o Estado brasileiro reconheça os direitos territoriais de um povo indígena. Aqueles que historicamente foram expulsos de seus territórios, que sofrem com o esbulho renitente ao longo de séculos, são novamente excluídos e violentados. Marco Temporal Não!

Repudiam a perseguição promovida contra as 06 (seis) parlamentares que se posicionaram contra o PL 490, defendendo os direitos constitucionais dos povos indígenas, e que agora respondem inquérito junto ao Comitê de Ética da Câmara dos Deputados.

Em relação ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), repudiam as investidas que retiraram a competência da demarcação dos territórios indígenas dessas instâncias, transferindo-a para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), medida que enfraquece as conquistas dos povos indígenas e vai na contramão da reparação histórica a que essas populações têm direito.

No caso da Conab-Companhia Nacional de Abastecimento, repudiam as investidas que transferiram suas atribuições ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), desarticulando a possibilidade de a companhia cumprir sua missão legal, que passa pela formação de estoques reguladores e estratégicos voltados a suprir carências alimentares em áreas desassistidas, pela distribuição de alimentos para famílias que enfrentam insegurança alimentar e nutricional e/ou atingidas por desastres naturais, bem como por sua atuação junto à agricultura familiar.

Repudiam as investidas da Câmara dos Deputados para a criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST por meio da criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que atua contra o movimento.

Repudiam as investidas que implicaram no esvaziamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, com a consequente diluição de suas competências para diversos outros órgãos que não guardam afinidade com a pasta ambiental, cortando a coordenação que deveria existir: a saída da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR); a retirada da gestão de Resíduos Sólidos, do Saneamento e da Gestão dos Recursos Hídricos para o Ministério das Cidades; e a retirada da gestão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do MMA, submetendo-a à competência do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Esse conjunto de investidas do Congresso Nacional vão no sentido oposto ao indicado pela soberania popular na escolha do governo eleito e aos compromissos assumidos pelo Brasil internacionalmente. Implicam em consequências negativas aos direitos indígenas, à política de combate à fome, à agricultura familiar, ao meio ambiente e à luta contra as mudanças climáticas. Questões essenciais para a defesa da soberania nacional e do desenvolvimento econômico do país associado à distribuição de renda e à redução da desigualdade social.

Relação dos participantes do XVII Congresso do Sindsep-DF

DELEGADOS

- Ada Regina Nogueira Viana - MS
- Admilson dos Santos Oliveira - Imprensa Nacional
- Alberto Ilha Couto - Inkra
- Alda da Soledade Silva - MS Cedidos
- Aldenora Maria de Oliveira - MAPA
- Alexandre Correia - CNPq
- Alexandre de Mello Cavalcanti Júnior - Funai
- Aline Maciel de Carvalho - Funai
- Ana Neri de Oliveira - MS Cedidos
- Antônia Ferreira da Silva - MS Cedidos
- Aristides Neves da Silva - MS
- Benedito da Silva Maia - MGI
- Beronicy Paula de Moraes Farias - MEC
- Bruno emílio Fadel Daschieri - Funai
- Carlos Antonio da Silva - MS Cedidos
- Carlos Antonio de Abreu - MME
- Carlos Henrique Bessa Ferreira - MS Cedidos
- Celso Pereira Salgado - MJSP
- Claudia Almeida Bandeira de Mello - Funai
- Conceição de Maria Soares Maciel de Souza - Conab
- Creusa Alves Rocha Oliveira - Conab
- Daniel Pereira da Silva - FNDE
- Deldico Agostinho da Costa - MGI
- Edilson Francelino de Moura - MAPA
- Edilson Muniz - TRT
- Eduardo Estuqui - MS Cedidos
- Eduardo Jose Mariano - Cindacta
- Elisabeth da Silva Santos - HFA
- Euclides Vieira Silva - MGI
- Evilasio Medeiros de Azevedo - MS Cedidos
- Fernanda Valada Machado - Funai
- Fernando Martins Machado - MS Cedidos
- Francisco Chagas Machado Filho - Ibama
- Frederico Cabral de Menezes - Conab
- Gildete Nunes de Oliveira - MS Cedidos
- Gustavo Vieira Peixoto Cruz - Funai
- Ines Regina Mores de Souza - MEC
- Irisdeth Maria Assunção Vale - MGI
- Ismael José Cesar - INMET
- Ivaldelice Pereira da Silva - MPS
- Janice Gomes Alves - MEC
- Joalita Queiroz de Lima - Conab
- Joao Araújo Neto - AGU
- João Batista Silva de Ávila - MS
- Joao França Lopo - MEC
- João Luiz Batista - Abin
- Joaquim Rodrigues dos Santos Filho - Inkra
- Jose Alves da Silva Filho - Abin
- José Antônio Maria Gonçalves - MME
- José Carlos Pinheiro - MPS
- Jose de Arimateia Sampaio - Abin
- José Francisco dos Santos - MJSP
- José Ribamar Costa Anchieta - MS Cedidos
- Júlia Muniz - Fusasa
- Júlio César da Conceição - M. Fazenda

- Jurandir Cordeiro Lopes - MS
- Marcelo Escobar do Bonfim - Bacen
- Márcia Vitória Vila Nova - Conab
- Maria Angélica Ribeiro da Cunha - Incra
- Maria da Conceição Nunes - INSS
- Maria de Jesus Santana da Silva - Incra
- Maria Gilza Ribeiro Fardin - Comex
- Maria José Domingues de Souza - HFA
- Maria Lícia Moraes Braga - MPS
- Maria Socorro Domingos - M. Fazenda
- Marilda Conceição Ribeiro - AGU
- Marleide Silveira Neves - Imprensa Nacional
- Marta Rosângela F. Alves Pereira - MEC
- Mônica Machado Carneiro - Funai
- Neide Barsanulfo Borges - MEC
- Nestor dos Santos - Anistiado
- Oton Pereira Neves - MS
- Paulo Candido de Sousa - EBSEERH/HUB
- Pedro de Alcântara Costa - Ibama
- Raimundo Filho dos Santos - Abin
Reginaldo Dias da Silva - Cindacta
- Reginaldo Gonçalves - MS
- Reinaldo Felipe dos Santos - M. Fazenda
- Rivanda Pereira da Silva - Anistiada
- Silene Leiro Santos - MS Cedidos
- Silvio Santana das Neves - MS
- Telcio Torres da Silveira - MS Cedidos
- Valda Eustáquia Cardoso de Souza - HFA
- Valdiros Soares de Oliveira - MCTI
- Valter Roque Feitosa de Miranda - MS Cedidos
- Vanilson Diniz de Vasconcelos - MAPA

- Zózimo Viana Rocha - Imprensa Nacional

OBSERVADORES

- Antônio Carlos Noletto Gama - MAPA
- Duílio Ribeiro Tunes - Ibama
- Ellen Ribeiro Veloso - Funai
- Gilson de Oliveira - Cindacta
- Maria Consuelo Gomes da Silva - MCTI
- Mariano Pedro Nascimento - Anistiado
- Ricardo José Souza Nascimento Silva - MME
- Vilma de França Silva - EBSEERH/HUB
- Maria da Conceição Nunes - INSS
- Maria Cleuza Garcez de Araújo - HFA

CONVIDADOS

- Antônio Negromonte, economista do Bacen e assessor de economia da Liderança do PT e do Governo no Senado
- Carlos Roberto (Carlão) - diretor do SAE
- Édrio Nogueira, assessor de Orçamento da Liderança do PT no Senado
- Érika Kokay - Deputada Federal (PT)
- Heitor Martins - presidente do Sindetrans-DF
- Ismael César, Executiva da CUT Nacional
- Jacy Afonso, presidente do PT-DF
- Pedro Armengol, Executiva da Condsef
- Ricardo Vasconcelos - assessor do Deputado Distrital Ricardo Vale (PT)
- Rodrigo Rodrigues, presidente da CUT-DF

Diretoria do Sindsep-DF

Triênio 2022/2025

■ SECRETARIA-GERAL

Coordenador: Oton Pereira Neves - MS
Fernando Martins Machado - MS Cedidos
Aristides Neves da Silva - MS

■ SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO E PATRIMÔNIO

Coordenador: Pedro de Alcântara Costa - Ibama
João Luiz Batista – ABIN
João Araújo Neto - AGU

■ SECRETARIA DE FINANÇAS

Coordenador: Benedito da Silva Maia - MGI
Maria Socorro Domingos – M.Fazenda
Zózimo Viana Rocha – Imprensa Nacional

■ SECRETARIA DE FORMAÇÃO

Coordenador: Francisco Chagas Machado Filho – Ibama
Eduardo José Mariano - Cindacta

■ SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Coordenador: Reinaldo Felipe dos Santos - M. Fazenda
João França Lopo - MEC
Elizabeth Gomes de Andrade - MDIC

■ SECRETARIA DE FILIAÇÃO

Coordenadora: Valda Eustáquia C. de Souza - HFA
César Henrique Melchades Leite - MS Cedidos
Joaquim Rodrigues dos Santos Filho - Inkra

■ SECRETARIA DE APOSENTADOS E SAÚDE DO TRABALHADOR

Coordenadora: Ivaldelice Pereira da Silva - MPS
Maria Licia Moraes Braga - MPS
Maria Gilza Ribeiro Fardin - COMAEX

■ SECRETARIA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, CULTURA, RAÇA E ETNIA

Coordenador: Júlio César da Conceição - M. Fazenda
Carlos Antônio de Abreu - MME
Aldenora Maria de Oliveira - Mapa

■ SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA

Coordenadora: Mônica Machado - Funai
Carlos Henrique Bessa Ferreira - MS Cedidos
Frederico Cabral de Menezes - Conab

■ SECRETARIA DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICO E EMPRESAS PÚBLICAS

Coordenadora: Joalita Queiroz de Lima - Conab
Maria Consuelo Gomes da Silva - MCTI

■ SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERSINDICAIS E PARLAMENTARES

Coordenador: Alexandre Correia - CNPQ
José Francisco dos Santos – MJSP
Exedito Carneiro Mendonça - Funasa

■ SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA

Coordenadora: Antônia Ferreira da Silva - MS
Silene Leiro Santos – MS Cedidos
Adriana Maria da Conceição - HFA

■ SECRETARIA DA JUVENTUDE TRABALHADORA

Coordenador: Paulo Candido de Sousa – EBSERH/HUB
Maurílio Amaro de Souza Filho - MME
Marilda Conceição Ribeiro - AGU

■ SECRETARIA DE ORGANIZAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS

Coordenadora: Marta Rosangela Ferreira Alves Pereira - MEC
Maria de Jesus Santana - Inkra
Neide Barsanulfo Borges - MEC

■ CONSELHO FISCAL MEMBROS EFETIVOS

Juvenal Gonçalves de Sousa Lima - ENAP
Jose Ribamar Costa Anchieta - MS Cedidos
José Antônio M. Gonçalves - MME

■ CONSELHO FISCAL MEMBROS SUPLENTE

Reginaldo Dias da Silva - COMAER
Moisés Alves da Consolação – Mapa
Carlos Antônio da Silva - MS Cedidos



SINDSEP-DF

EMBAIXADA
CUT
E A CONDIÇÃO TRABALHISTA

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no DF

SBS - Quadra 01 - Edifício Seguradoras 16º e 17º andares - Brasília-DF

☎ (61) 3212-1900

☎ (61) 99812-8060



sindsep-df.com.br



[sindsepdf](#)



[tv синдsepdf](#)